



COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO PLANO DIRETOR – CPPD

ATA DA 86ª REUNIÃO DA CPPD

DATA: 07/06/2017

LOCAL: AUDITÓRIO DA SEUMA/SEINF

CONSELHEIROS/MEMBROS NATOS/MEMBROS REPRESENTANTES DA CPPD:

AMC – Lucas Lordão Pimentel; **PGM** – Fernanda Diógenes; **SEUMA** – Prisco Bezerra Júnior; **SER I** – Jackeline Facó; **SER II** – Guto Azevedo de Alencar; **SER III** – Ana Cláudia de Araújo Brasil; **SER IV** – José Carlos Alves; **SER V** – Jalsey Pereira de Nazareno; **ACC** – Antônio José Gomes Costa; **CMF** – Rachel Maia Rôla Timbó Silveira; **CREA** – Osmar Delboni Junior; **DETRAN** – Cássio Adler Gonçalves Vitorino Leite; **SINDUSCON** – Luana Silva Marques Quinderé; **UFC** – Clarissa Figueiredo Sampaio Freitas.

Presidente da CPPD: Maria Águeda Pontes Caminha Muniz

Secretária Executiva: Marília Ferreira Lima Gadelha

Coordenadora da COURB: Marina Cavalcante Hissa

Expositores: Jorge André Verçosa – **ASESP/SEUMA**

Marina Hissa – **COURB/SEUMA**

Isabel Vieira – **COURB/SEUMA**

PARTICIPANTES: UFC – Virgínia Elaine Vasconcelos do Nascimento; Quanta Construtora – Danielle Nina, Alexandre Weber; Sara Vieira Rosa; Rafael Costa de Moura; SEUMA/COURB – Francisco Ronald Holanda, Jônatas Gomes Silva, Manuela de O. Campos; SEUMA/ASESP – Felipe Saraiva Leão Vitoriano; SEUMA/COL – Gizella Melo Gomes; SEUMA/ASJUR – Themis Campos Fontenelle; SEUMA/COFIS – Gleycielle Cavalcante Pinheiro.

PAUTA:

1. Apresentação do Programa Fortaleza Sustentável;
2. Informes.



ABERTURA, EXPOSIÇÕES E DISCUSSÕES:

A Arq. Marina Hissa, Coordenadora da Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano (COURB/SEUMA) iniciou a reunião cumprimentando os presentes e falou que a reunião terá um formato diferenciado, pois estaria no calendário da semana do meio ambiente. Apresentou o cronograma da reunião, iniciando com a apresentação do Programa Fortaleza Cidade Sustentável, seguindo com os informes e a aprovação da ata.

Em seguida, convidou o Sr. Washington Feitosa, Assessor de Comunicação da SEUMA para apresentar a programação da Semana do Meio Ambiente. O Sr. Washington informou que a programação iniciou no dia 04 de junho, com a assinatura do Decreto de Regulamentação do Parque do Cocó em parceria com o Governo do Estado e seguirá até o dia 11 de junho, e deu continuidade informando toda a programação.

Ao final, a Arq. Marina Hissa chamou o Assessor Especial da SEUMA, Jorge André Verçosa que iniciou se apresentando e falando que está coordenando o Programa Fortaleza Cidade Sustentável.

Falou que o Programa está ligado a Política Ambiental do Município, que se constitui de uma integração entre o ambiente construído e o ambiente natural.

Apresentou os 03 (três) eixos da Política Ambiental de Fortaleza, que são:

- Planejamento e Gestão dos Sistemas Naturais;
- Sustentabilidade;
- Educação Ambiental.

Bem como seus componentes, que são:

- Áreas Verdes;
- Águas;
- Controle da Poluição;
- Biodiversidade.

Salientou que foi trabalhado todos os componentes dentro de cada eixo citado e apresentou o objetivo do Programa que é impactar de forma positiva na saúde ambiental e na segurança urbana da população, através de investimentos estruturantes integrados a infraestrutura na cidade de Fortaleza.

E porque implantar essa cidade? Salientou que através de várias observações, de demandas antigas da população e da cidade chegou-se as seguintes conclusões:

- Questões ambientais e sociais que não se desenvolveram no mesmo ritmo da cidade que o crescimento econômico;
- Altos índices de desigualdade, exclusão social e degradação ambiental. Lembrou que Fortaleza é uma das cidades com maior desigualdade no mundo;
- Deficiências no sistema de saneamento, poluição nos recursos hídricos e diminuição das áreas verdes, bem como ocupação de áreas inadequadas/irregulares. Ressaltou que o trabalho é feito em parceria com a Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE) e que 55% da cidade tem esgotamento sanitário, mas grande parte dos imóveis onde existe esgotamento sanitário não estão interligados, trazendo problemas nos recursos hídricos. Além disso, existem várias invasões irregulares, diminuindo nossas áreas verdes; e
- Urgente necessidade de investimentos em melhorias de infraestrutura urbana e ambiental.

Em seguida, apresentou a linha do tempo do Programa Fortaleza Cidade Sustentável, mostrando o que aconteceu ao longo do tempo e destacou que é um projeto financiado pelo Banco Mundial, onde 50% de todo o investimento é empréstimo do Banco Mundial e 50% é a contrapartida do Município.

Salientou que está previsto para março de 2018 a execução do programa e sua finalização entre os anos de 2023 e 2024. Frisou que é a primeira vez na história da Cidade de Fortaleza que a Prefeitura consegue empréstimo com o Banco Mundial, bem como uma proposta envolvendo os três eixos: Planejamento, Gestão Urbana e Gestão Ambiental; sendo assim uma proposta de financiamento pioneira.

Apresentou o mapa de Fortaleza destacando a bacia da vertente marítima e o Parque Rachel de Queiroz, que são as áreas de atuação do projeto. Em seguida, apresentou a estrutura do programa que está subdividido em dois grandes componentes:

- Componente 1 - Recuperação do Ambiente Social, Urbano e Ambiental;
- Componente 2 - Governança, Planejamento e Gestão Urbana e Ambiental.

Sendo ainda subdivididos em subcomponentes, que são:

- Componente 1 – Águas da Cidade e Rede de Sistemas Naturais;



- Componente 2 – Instrumentos de Planejamento e Controle Urbano e Ambiental e Oportunidade de Negócios Urbanos.

Diante disso o projeto trabalha o eixo ambiental e urbano. Pontuou os projetos que serão implementados dentro do subcomponente Águas da Cidade e falou que o objetivo do programa águas da cidade é trazer melhoria da balneabilidade das Praias de Fortaleza.

Informou que a orla de Fortaleza possui 31 pontos e semanalmente a Secretaria de Meio Ambiente (SEMACE) emite um boletim de balneabilidade, e a SEUMA fez um estudo e identificou que ao longo dos 05 anos alguns pontos sempre estão impróprios para banho. Com isso, direcionou o foco dos investimentos para essas áreas.

Destacou que a SEUMA e a CAGECE identificaram as problemáticas que causam a poluição nas praias e uma delas são imóveis não interligados à rede de esgoto, necessitando trabalhar esse ponto.

Ressaltou que o projeto contará com o trabalho de educação ambiental para sensibilizar as pessoas interligarem seus imóveis a rede de esgoto e haverá subsídios para os imóveis de baixo padrão. Os imóveis de alto padrão serão fiscalizados e de acordo com Lei Nº 5.530/1981, deverão interligar seus imóveis quando disponível a rede de esgoto e desativar a fossa sumidouro.

Destacou ainda que esse trabalho já está sendo feito desde 2003 e será ampliado com recursos do Banco Mundial, onde seis meses antes terá uma equipe em campo fazendo educação ambiental tanto no que se refere a efluentes, com a missão hídrica, como de resíduos sólidos que está contemplado no projeto Reciclando Atitudes da Prefeitura.

Além disso, vários recursos hídricos trazem poluentes, esgoto do continente, então, tem um projeto piloto para recuperação de recursos hídricos. Sabe-se quais os 2 recursos hídricos, na área que será trabalhada que mais contribuem para recuperação dessas praias e será feito um pequeno tratamento para diminuir o nível de poluição que chegam nessas praias, além disso, terá vídeo inspeção de galerias de drenagem para identificar ligações clandestinas de esgoto e fazer sua manutenção, isso irá gerar dados que servirá para o Plano Diretor de Drenagem de Fortaleza, que também é um dos projetos do Programa Fortaleza Cidade Sustentável.

Informou que todos os projetos são oriundos de um estudo técnico tanto da SEUMA, como SEMACE e



CAGECE, através do monitoramento de balneabilidade, fontes de poluição da estrutura existente, drenagens, águas pluviais e rede de controle de esgoto, e à proposição de intervenções para solucionar a problemática.

Em paralelo a isso, foi feito um levantamento dos bairros com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), baixa renda per capita e o número de imóveis não interligados a rede de esgoto, e com todos esses dados verificou-se que no bairro Serviluz tem o maior número de imóveis não interligados a rede de esgoto e a população mais carente, bem como, na área da Av. Leste Oeste. O estudo fez com que os esforços fossem focados na região oeste da Cidade, dentro do projeto águas da cidade.

Continuou a explanação pontuando os projetos do subcomponente Rede de Sistemas, que são:

- Parque Raquel de Queiroz, que é um grande projeto e grande parte do recurso está nele, hoje já é um parque criado e já foi iniciado, já tem alguns trechos implantados e todo o projeto executivo do parque também já está pronto. Mais pra frente esse projeto será submetido a essa comissão;
- Plano de Arborização, já em execução pela Secretaria;
- Reciclando Atitudes, já em execução.

Falou que muitos projetos já estão iniciados e que são contrapartidas da Prefeitura, e o recurso do banco dará um impulso a esses projetos.

Destacou que o objetivo do subcomponente Rede de Sistemas Naturais é permitir a integração entre o ambiente construído e o natural, visando a melhoria da qualidade de vida dos habitantes de Fortaleza, através da revitalização e ampliação de áreas verdes do município, com metas integrantes da Política Ambiental de Fortaleza.

Falou que já foram decretados 21 Parques, mas que a infraestrutura precisa ser melhorada e isso não está contemplado no Programa Fortaleza Cidade Sustentável, mas sim com projetos da SEUMA que serão usados como contrapartidas desse projeto.

O Parque Rachel de Queiroz tem de 10 a 12 km de extensão com 214 hectares de parque, distribuídos em 19 trechos. A divisão teve como objetivo facilitar a sua gestão, construção, licitação das obras, portanto, são áreas bem diferentes, algumas são mais fáceis de serem trabalhadas, outras mais complicadas e com isso atrapalharia o cronograma do projeto.



Continuou a explanação falando do subcomponente Instrumentos de Planejamento e Controle Urbano e Ambiental, onde pontuou:

- Regulamentação e Revisão do Plano Diretor (já foi iniciado pela equipe da COURB);
- “Fortaleza Online”, explicou que é uma plataforma de sistematização de digitalização das Licenças e Autorizações da Prefeitura de Fortaleza e atualmente estão disponíveis 16 serviços online para o cidadão. O Fortaleza Online tem um grande propósito que é acreditar no cidadão com o licenciamento autodeclaratório, ressaltou que a fiscalização acontece posteriormente e caso o requerente esteja mentindo ou omitindo acarretará em multa e outras consequências para os requerentes e profissionais responsáveis;
- Elaboração/Modernização de Cadastros, atualmente o cadastro de Fortaleza não é multifinalitário e o recurso do banco irá melhorar o recurso. A elaboração do componente está em fase de seleção das empresas para dar início aos primeiros produtos;
- Fator Verde (já está implantado).

No subcomponente Oportunidade de Negócios Urbanos existem três projetos, que são:

- Ampliação da Receita Municipal utilizando os Instrumentos do Estatuto da Cidade, que são alguns instrumentos que passaram a ser utilizados com maior frequência, trazendo maior receita para o Município, bem como, maior flexibilidade para o investidor. São eles: a Outorga Onerosa do direito de construir e a transferência do direito de construir;
- Identificação das Operações Urbanas Consorciadas (OUC), a empresa de consultoria já foi contratada e irá identificar áreas em potencial, dentro da cidade de Fortaleza para implantar as Operações Urbanas Consorciadas.
- Desenvolvimento / Estruturação / Implantação de OUCs, serão criadas áreas potenciais onde serão desenvolvidas, estruturadas e implantadas as OUCs.

Explicou ainda que as Operações Urbanas Consorciadas (OUCs) são intervenções realizadas sob a coordenação do Poder Público envolvendo a iniciativa privada, os moradores e os usuários do local, buscando alcançar transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e valorização ambiental.

Falou ainda que tem previsto dentro desse projeto das OUCs, um estudo de OUC dentro do Parque Rachel



de Queiroz e já tem um indicativo de área possível para a OUC, em seguida, mostrou através de um mapa e salientou que faz parte de uma das franjas da antiga da cidade que tem um grande complexo industrial com galpões, fábricas e terrenos de maior porte.

Informou que todo o projeto está orçado em USD 146.600.000,00 (cento e quarenta e seis milhões, seiscentos mil dólares), onde 50% será através do Banco Mundial e 50% através da Prefeitura ao longo de 06 (seis) anos. E apresentou um fluxograma com os parceiros do projeto, explicou que na SEUMA é o coordenador do projeto, tem contrato de seções e gestão financeira e dentro de cada componente tem suas parcerias. E destacou cada um: a Secretaria Municipal de Infraestrutura (SEINF), que tem a competência de acompanhar as obras e fazer as medições das obras do Parque Rachel de Queiroz. A Secretaria de Segurança do Estado e a Universidade Federal do Ceará (UFC), pois o parque passa pela área dos dois órgãos.

Dentro do subcomponente Águas da Cidade, os parceiros são a CAGECE e a Agência de Fiscalização do Município (AGEFIS). No subcomponente Cadastro Multifinalitário tem a parceria da Secretaria Municipal de Finanças (SEFIN), com as malhas do cadastro. Além disso, o Tribunal de Contas do Município (TCM) está fazendo parte como auditora externa do projeto e a Controladoria Geral do Município (CGM) com auditoria interna.

Em seguida, explicou as etapas do processo de financiamento, a fase em que se encontra, as próximas etapas, os documentos aprovados e assinados e ressaltou que todos os documentos produzidos durante todo projeto estão disponibilizados no portal da SEUMA.

Pontuou o que já foi realizado, sendo:

- 19.000 (dezenove mil) imóveis autuados na vertente marítima;
- Os projetos executivos do Parque Rachel de Queiroz já foram finalizados e vários trechos foram entregues;
- Fortaleza Online estão disponibilizadas 16 tipos de licenças, onde já foram emitidas: 134.407 adequabilidades, 7.772 isenções de licenciamento ambiental, 64 isenções de licenciamento para construção civil, 377 alvarás de construção, 3.621 alvarás de funcionamento e 6.725 licenças sanitárias.



Frisou que com isso aumentou o número de pessoas regulares na cidade. Apresentou ainda um quadro dos serviços disponibilizados, destacando o prazo de conclusão antes e depois do serviço Fortaleza Online.

SERVIÇOS DO FORTALEZA ONLINE	PRAZO ANTERIOR	PRAZO POSTERIOR
Consulta de Adequabilidade Locacional	120 dias úteis	Imediata
Aprovação de Plano de Gerenciamento de Resíduos	60 dias úteis	48h
Isenção de Licença Ambiental para Atividades de Baixo Risco	30 dias úteis	Imediata
Alvará de Construção Automático	30 a 60 dias úteis	48h
Isenção de Plano de Gerenciamento de Resíduos (PGRS)	60 dias úteis	Imediata
Licença Sanitária para Atividades de Baixo Risco	120 dias úteis	48h

Informou que foi investido R\$ 1.921.000,00 e foi arrecadado 4.200.000,00, portanto, o sistema Fortaleza Online já se pagou e é viável para a Prefeitura e para o cidadão, com uma série de ganhos, melhorando a mobilidade já que o cidadão não precisa se locomover até a Secretaria, e de desburocratização.

Finalizou a exposição informando as próximas agendas do programa e falando que o plano de reassentamento, o manual de gestão socioambiental e o marco de reassentamento foram apresentados em consulta pública para a comunidade afetada e ao longo do projeto vários dos documentos também serão apresentados, com a participação da sociedade. Desde 2014 houve empenho para ofertar a cidade um parque, uma ciclovia, um equipamento para uma região pobre da cidade que é a centro oeste, além de uma melhor balneabilidade das praias de Fortaleza, pois é um problema antigo da Cidade. Apresentou um vídeo e abriu espaço para as perguntas.

A conselheira Clarissa Freitas, representante da Universidade Federal do Ceará (UFC) pediu a palavra e questionou se durante as discussões do projeto houve algum processo de decisão referente a bacia escolhida, pois existem várias áreas de Fortaleza sem a rede de esgoto ainda. Questionou ainda se o programa está atrelado a algum processo de regularização fundiária.

O Sr. Jorge Verçosa falou que a competência de instalar rede sanitária é da CAGECE, portanto, a Prefeitura não tem como aumentar a rede de esgotamento sanitário, mas otimizar. As ações foram focadas na região leste, pois a rede de esgoto já está implantado e vários imóveis não estão interligados, a rede de



esgoto está subutilizada.

Falou que o bairro Serviluz é um ponto crítico, pois é uma área de invasão e não tem rede de esgoto, assim como o Titanzinho que também não tem, pois são áreas de invasões. A CAGECE não pode instalar a rede de esgoto nessas áreas de invasão, somente após a regularização.

Frisou que ao longo do Riacho Maceió existem inúmeros imóveis que não tem rede de esgoto, então não podem ser autuados e pelo gráfico da balneabilidade, pela necessidade da população carente da região leste, pela infraestrutura subutilizada e pelo ganho do projeto ter uma maior notoriedade naquela região, a região leste foi escolhida para ser trabalhada. Ressaltou que isso não quer dizer que outras regiões não serão trabalhadas, tem um projeto que será a fiscalização de imóveis de alto padrão em toda a vertente marítima.

A Arq. Sarah Rosa falou que em outra apresentação assistida por ela, sobre o projeto se falava em filtros na foz do Riacho Maceió, pediu para explicar sobre o assunto. E perguntou se existem outras ações da Prefeitura, junto com a CAGECE de levar o saneamento básico para o restante da cidade.

O Sr. Jorge Verçosa falou que foram analisados intervenções no Riacho Maceió com os filtros, tratamento ultravioleta, infiltração para retirar resíduos e melhoria da balneabilidade da área dos Jangadeiros, porém o projeto foi sendo maturado e analisado o que realmente era mais viável decidiu-se juntamente com o banco focar esforços na região leste. Destacou que o recurso é limitado e não teriam tantos benefícios para trabalhar naquela região com a tecnologia que necessitaria implantar, que é cara. Frisou que na região citada terão fiscalizações.

Respondeu que a Autarquia de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental (ACFOR) é um órgão do Município que trabalha com saneamento e fiscaliza a CAGECE. Em 2014 a SEUMA, em parceria com a CAGECE, iniciou a revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico onde envolve resíduos sólidos, água, esgoto e drenagem; O Plano tem previsão de revisão que deve ser revisto a cada 04 (quatro) anos e está previsto uma ampliação de algumas Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs) instaladas em alguns pontos da cidade.

O Arq. Rafael Moura questionou se existe algum horizonte de estimativa de universalização do serviço.

O Sr. Jorge Verçosa respondeu que o Plano Municipal de Saneamento tem uma estimativa de 20 anos.



Salientou que o plano que foi desenvolvido pela CAGECE com acompanhamento da SEUMA e da ACFOR, tanto do eixo de água e esgoto. Mas destacou que dependerá de financiamento e a ampliação é cobrada pelo Município.

A Arq. Sarah Rosa, falou que no componente Oportunidades de Negócios, inclui itens relacionados aos instrumentos do Estatuto da Cidade e questionou como instrumento, como a outorga onerosa, entra dentro do pacote do Fortaleza Cidade Sustentável, porque precisaria do Banco Mundial para aplicação desses instrumentos.

O Arq. Rafael Moura falou que outros instrumentos também poderiam trazer arrecadação para o Município, como a aplicação do IPTU progressivo no tempo e questionou se existe perspectiva para aplicação desse instrumento pelo Município.

O Arq. Prisco Bezerra Junior esclareceu que o Programa Fortaleza Cidade Sustentável nasceu da programação de investimento da SEUMA para os 04 (quatro) anos da gestão. Os programas Águas da Cidade, Redes de Sistemas Naturais, são programas que estavam sendo desenvolvidos no âmbito da SEUMA, portanto, quando fala em regulamentação dos instrumentos foi algo já iniciado e é uma demanda de todos da população e em função do plano diretor que foi aprovado e de uma regulamentação que foi iniciada nessa gestão do Prefeito Roberto Cláudio.

Exemplificou falando dos instrumentos aprovados em 2015, como a Regulamentação da Transferência do Direito de Construir, a primeira Lei de Outorga e outras Leis que estão para votação na Câmara Municipal de Fortaleza; Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS), Código de Obras, Código da Cidade; e outras que envolve a Secretaria Municipal de Finanças (SEFIN), como o Imposto Progressivo, está em estudo.

O Arq. Rafael Moura questionou se tinha alguma perspectiva. A Arq. Marina Hissa respondeu que está marcada uma reunião com a Secretaria Municipal de Finanças (SEFIN), inclusive para discutir a operacionalização do IPTU progressivo, pois parte está regulamentado pelo plano diretor e que regulamentaria também operacionalizando. Está sendo estudado como esse instrumento está sendo aplicado em outros estados já implementados. Explicou que não poderia dar o horizonte final, é um instrumento ainda complexo para operacionalização, mas já iniciou a parceria com a SEFIN.

Em seguida, questionou se alguém gostaria de fazer mais algum questionamento, como não houve





pronunciamento passou a palavra pra Arq. Marina Hissa que informou que seria dado início a segunda parte da reunião com os conselheiros da CPPD.

Dando continuidade a reunião perguntou se algum conselheiro teria alguma observação referente a Ata da 85ª Reunião da CPPD. A conselheira Clarissa questionou quanto ao quorum mínimo e foi informado que a CPPD não tem mínimo de quorum.

O conselheiro Osmar Delboni, representante do CREA, falou que não tem nada divergente se a ata for aprovada ou não e sugeriu que na convocação da reunião seja explícita que terá a aprovação da ata.

A Arq. Marina Hissa falou que a sugestão é válida e nas próximas convocações será informada a aprovação da ata. O Arq. Prisco Bezerra Junior esclareceu que a CPPD não tem quorum mínimo para iniciar a reunião até em respeito as pessoas que se dirigem e que sempre estão presentes. Ressaltou que todos são convocados e se poucos conselheiros estiverem presentes a reunião inicia, e que normalmente quando o quorum é pequeno e tem um projeto para ser deliberado, não é votado e convoca outra reunião para que isso seja votado; apesar do regulamento não definir quorum mínimo.

Com relação as atas, a convocação é feita com uma semana de antecedência onde é disponibilizado a pauta, a ata é anexada para os conselheiros lerem e durante a reunião é questionado se os conselheiros teriam alguma observação a ser feita. Sugeriu que o regimento seja disponibilizado aos conselheiros, para não que não haja nenhuma divergência.

A Arq. Marina Hissa questionou se os conselheiros teriam alguma observação em relação a ata, como não houve pronunciamento dos conselheiros, a ata foi aprovada. Em seguida, passou a palavra para a Eng. Isabel Vieira, Gerente da Célula de Negócios Urbanos (CENUR/COURB) que apresentou a linha do tempo das discussões da Minuta da Lei da Outorga Onerosa de alteração do Uso do Solo.

Informou que as fórmulas não foram alteradas, mas foram escritas de forma mais simples e que a Minuta da Lei da Outorga Onerosa estaria sendo atualizada com as contribuições enviadas pelos conselheiros e que foram equalizadas entre o Município e as entidades.

Falou que na reunião passada foram levantados alguns questionamentos com relação aos processos de outorga e sua transparência e por conta disso foi apresentada a linha do tempo para lembrar o histórico e para informar o que está acontecendo atualmente.



Salientou que está sendo trabalhada a transparência de acordo com o exemplo de São Paulo, conforme apresentado pelo conselheiro Rodrigo Ponce de Leon representante do IAB na reunião anterior e frisou que a experiência de São Paulo é muito rica e foi acatado de imediato. Ressaltou que a transparência de todos os processos serão mapeados e está sendo desenvolvido e apresentou o que já foi iniciado.

Informou que não poderá dar um prazo para finalização, pois são vários itens de planilhas e que em números gerais são 05 processos de Outorga Onerosa que resultam em 05 termos de compromisso geridos pelo Fundo de Desenvolvimento Urbano (FUNDURB). Ressaltou ainda a necessidade de melhorar a forma de apresentação para ficar de maneira resumida e clara.

Explicou ainda o trâmite dos processos de Análise de Orientação Prévia, conforme questionado na reunião anterior. Ao final da exposição passou a palavra a Arq. Marina Hissa que abriu espaço para questionamentos, como não houve agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

Fortaleza, 07 de junho de 2017.

Marília Ferreira Lima Gadelha
Secretária Executiva da CPPD

Marina Cavalcante Hissa
Coordenadora da COURB

Maria Águeda Pontes Caminha Muniz
Secretária da SEUMA
Presidente da CPPD